



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006006-52.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais**
Requerente: **RENATA MARIA ZAGO AFFONSO**
Requerido: **Condomínio Edifício Maison de Marseille**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que se controverte sobre a quitação de taxa condominial da autora em favor do réu.

Os documentos de fls. 02/03 (o segundo, inclusive, subscrito por Advogada da administradora do condomínio) demonstram claramente o pagamento da taxa em apreço relativamente ao mês de julho de 2014.

Instada a manifestar-se sobre eles, a ré em contestação ressaltou que na verdade ambos atinavam a acordo a que chegaram as partes para o pagamento da taxa condominial de maio de 2014, de sorte que permaneceu em aberto o mês de julho daquele ano.

Todavia, o documento de fl. 67 dá conta de que também essa taxa foi adimplida pela autora, constando dele o mesmo tipo de carimbo ("RECEBEMOS") apostado no de fl. 02 caracterizador da percepção do valor lá indicado e, consequentemente, do cumprimento da obrigação da autora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Diante da clareza dessa prova documental, reputo que as explicações do réu não se revelam suficientes para que se contrapusessem a ela.

Independentemente da forma de cobrança das taxas não satisfeitas em época adequada ou de eventuais percalços atravessados pela autora ao longo de 2014, os documentos assinalados militam em favor desta.

Como se não bastasse, o réu não produziu provas consistentes e seguras que especificamente quanto a eles diminuíssem o seu valor ou patenteassem que o respectivo conteúdo não corresponde à realidade.

A conjugação desses elementos impõe o acolhimento da pretensão deduzida e, diante do cumprimento da obrigação da autora, a rejeição do pedido contraposto formulado pelo réu.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE a ação e IMPROCEDENTE o pedido contraposto** para declarar a inexigibilidade do débito tratado nos autos, relativo à taxa condominial a cargo da autora referente a julho de 2014.

Torno definitiva a decisão de fl. 06.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 14 de novembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**